



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0009627-33.2010.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Sustação de Protesto**
 Requerente: **Paulo Roberto Decarli**
 Requerido: **2º Tabelião de Notas e de Protesto de São Carlos Sp**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Aos 17 de outubro de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.
Dr. MILTON COUTINHO GORDO.
 Eu,....., esc., digitei e subscrevi.
 Processo nº 990/10

VISTOS.

PAULO ROBERTO DECARLI ajuizou a presente ação de **INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAS E MORAIS** em face do **2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE SÃO CARLOS**.

O requerente alega, em suma, que teve seu nome protestado, em 19/05/2009, mas que não foi notificado por escrito, o que era obrigação do postulado. Afirmar que devido à negligência do requerido sofreu restrição de crédito e nem teve como se defender, pois, não tinha conhecimento do protesto. Afirmar, também, que sofreu uma série de constrangimentos: crédito restrito e não aprovado, cheques devolvidos. Requer a condenação do requerido ao pagamento de danos morais, e verbas decorrentes da sucumbência. Juntou documentos às fls. 05/23.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Devidamente citado, o requerido apresentou contestação às fls. 31 alegando, preliminarmente, ilegitimidade passiva. No mais, afirmou que o requerente teve seu nome protestado por ordem do BANCO DO BRASIL por indicação da Duplicata Mercantil (por meio magnético ou de gravação eletrônica de dados), vencida em 30/04/2009, no valor de R\$ 380,00. Alegou que a intimação pessoal não ocorreu, porque o endereço do requerente apresentado pelo Banco do Brasil estava incorreto. Outrossim, a empresa responsável pelas intimações, TRANSMATE TRANSPORTES ESPECIAIS LTDA, tentou de todas as maneiras a busca pelo endereço correto, mas sem êxito. Assim, concretizou a intimação por edital conforme as Normas do Pessoal de Serviços Extrajudiciais (Capítulo XV – Do Tabelionato de Protesto, Seção V – da Intimação, item 21), agindo em estrito cumprimento de dever legal.

Afirmou, também, que todos os cheques carreados aos autos foram devolvidos por falta de provisão de fundos na primeira e na segunda apresentação, não havendo vinculação com o protesto. Ademais, o requerente foi incluído no rol de emitentes de cheques sem fundos do Banco Nossa Caixa S.A. Assim, as restrições de crédito eventualmente sofridas pelo requerente e as devoluções de seus cheques ocorreram por sua culpa exclusiva.

Requeru **a denúncia da lide do Banco do Brasil**, pois este foi negligente ao fornecer o endereço errado do requerente.

No mais, pediu pela improcedência. Juntou documentos às fls. 48/119.

Em cumprimento ao despacho de fls. 122, o Banco do Brasil se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

manifestou às fls. 123. E às fls. 130/146.

Réplica às fls. 125/127.

Em cumprimento ao determinado às fls. 160, o Banco do Brasil
carreou aos autos os documentos pleiteados pelo requerente (fls. 163/167).
Sobre eles as partes se manifestaram (fls. 171 e 174).

Encerrada a instrução, o requerente apresentou memoriais às
fls. 177/183.

É o **RELATÓRIO**.

DECIDO.

DA DENUNCIAÇÃO À LIDE (ainda não apreciada)

O pedido de denunciação da lide formulado na defesa, não
merece acolhida, uma vez que a hipótese não se amolda a nenhum dos incisos
do art. 70 do CPC.

O que pretende o requerido é atribuir à terceiro a
responsabilidade pelo ato que lhe é imputado na inicial. Ocorre que a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

denúnciação da lide não é modo de corrigir o polo passivo.

Nesse sentido, REsp 1180261/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, 5ª Turma, DJ 19/08/2010, cujo trecho da ementa passo a transcrever:

(...) não se admite a denúnciação da lide com fundamento no art. 70, III do CPC se o denunciante objetiva eximir-se da responsabilidade pelo evento danoso, atribuindo-o com exclusividade a terceiro, como no presente caso.

Ademais, a denúnciação só deve ser admitida nos casos de garantia e não nos casos de simples ação de regresso. Se admitida a denúnciação haveria intromissão de fundamentos novos na lide original, com manifesto prejuízo aos autores.

Trecho extraído (página 248, edição 2006) do Código de Processo Civil Comentado – Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery – esclarece a questão:

Direito de genérico de regresso. Inadmissibilidade. Cabimento apenas nos casos de garantia. A admitir-se a denúnciação em qualquer situação em que possa haver posterior direito de regresso do vencido contra um terceiro, poder-se-ia chegar a um resultado oposto àquele buscado pelo legislador, o que constituiria ofensa ao princípio da celeridade processual e até mesmo uma denegação da justiça (JTACivSP 81/2010)

...

Superada tal questão passo a enfrentar o mérito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Inicialmente cabe consignar que o autor não se desincumbiu do ônus previsto no art. 282, III, do CPC e equivocadamente incluiu no polo passivo o 2º Tabelião de Notas e Protesto de São Carlos.

Os fatos trazidos com a peça vestibular deixam evidente que a intenção do autor é responsabilizar a pessoa natural do Tabelião, e não a sobredita Serventia.

O art. 22 da Lei nº 8.935/94, editada para regulamentar o art. 236 da Constituição Federal, dispõe que: “Os notários e oficiais de registro responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prespostos”.

O art. 3º da mesma lei estatui que o notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro.

Sendo assim, consoante já decidiu o STJ: “A responsabilidade civil por dano causado a particular por ato oficial do Registro de Imóveis é pessoal” (3ª T., REsp 443.467, rel. Min. Castro Filho, J. 5.5.05, DJU 1.7.05, pág. 510).

Nessa linha de pensamento, deve figurar no polo passivo desta demanda **a pessoa natural do Sr. Rubens Fabricio Barbosa**, não se prestando para o regular prosseguimento da pretensão a indicação da ficção que é o 2º



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Tabelião de Notas e Protesto de São Carlos, pessoa no aspecto apenas formal.

Mesmo que restem superados tais argumentos e agora adentrando o mérito propriamente dito, tenho que a súplica improcede.

Como dispõe o artigo 14 da Lei nº 9492/97, que regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos: “o Tabelião de Protesto expedirá a intimação ao devedor, **no endereço fornecido pelo apresentante do título** ou documento, considerando-se cumprida quando comprovada a sua entrega no mesmo endereço”.

Já o artigo 15 da referida Lei, dispõe que: “a intimação será feita por edital se a pessoa indicada para aceitar ou pagar for desconhecida, sua localização incerta ou ignorada, for residente ou domiciliada fora da competência territorial do Tabelionato, ou, ainda, ninguém se dispuser a receber a intimação no endereço fornecido pelo apresentante”.

No caso concreto, resta claro que **a intimação do autor foi tentada exatamente no local indicado pelo Banco do Brasil S.A.**, apresentante do título (cf. fls. 48); a empresa contratada, inclusive diligenciou outros elementos que possibilitassem a entrega pessoal; baldados os esforços nesse sentido o notário deliberou, como lhe era lícito, a intimação por editais, ordenada no aspecto formal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Assim, correta a caracterização da mora e lavratura do protesto.

Como se tal não bastasse não há como reconhecer que a restrição do crédito do autor (causa de pedir) decorreu do ato de protesto (regular, saliento).

Consoante informado pela SERASA a fls. 191/192, em nome do requerente, Paulo Roberto Decarli, existiram várias negativações no período de 2009/2010.

Por fim, o requerido não teve qualquer tipo de participação na devolução dos cheques referidos a fls. 09/16.

Somente recebeu para protesto a duplicata nº L250409 (cf. fls. 48) que, absolutamente, nada tem a ver com referidas cambiais, aliás, devolvidas pelo banco sacado em virtude de insuficiência de fundos.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Isso posto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido inicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Diante da sucumbência, arcará o autor com as custas e despesas do processo e honorários ao patrono do requerido, que fixo, por equidade, no valor de R\$ 1.500,00, observando-se o disposto no art. 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I.

São Carlos, 22 de outubro de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**